

BIOPOLÍTICA E ANTROPOTECNOLOGIA NA FILOSOFIA DE MICHEL FOUCAULT

*Wandeílson Silva de Miranda*¹

RESUMO

O conceito de biopolítica em Michel Foucault pode ajudar a compreender a atual dimensão das novas tecnologias de controle e manipulação da vida. Diante das grandes transformações tecnológicas dos últimos anos pode-se observar como as políticas sobre a vida tornam-se cada vez mais presentes nas agendas governamentais. Aos Estados e governos interessa um controle efetivo e contínuo sobre as vidas e os modos de existência. Por meio desse controle potencializa-se as próprias forças do Estado. Foucault soube observar como as políticas sobre a vida passaram a determinar e a esquadrihar a vida por meio da medicalização de todos os aspectos da vida. Assim, pode-se entrever a relação íntima que existe entre a biopolítica e as novas possibilidades abertas pelas biotecnologias que colocam em num novo limiaros problemas fundamentais relacionados ao destino de nossa própria espécie.

Palavras-chave: Biopolítica. Antropotecnologia. Bioeconomia. Corpo.

O homem vê-se agora diante da missão de assumir o poder liberado pela tecnociência, as matrizes do conhecimento técnico encontram-se sintetizadas no tripé biologia, matemática e informática, operando de forma cada vez mais ampla sobre o planeta, reformulando o modo como entendemos e produzimos. Para Paul

1 e-mail: wsmir@hotmail.com

Virilio, a *questão* da técnica é inseparável do *lugar* da técnica, ou seja, onde ela é utilizada, em qual dimensão da natureza ela opera. Assim, para ele, depois da *infraestrutura*, deve-se agora falar da *intraestrutura*, o uso da nanotecnologia favorece a intrusão fisiológica e a inseminação do ser vivo pelas biotecnologias (VIRILIO, 1996, p. 91). Talvez, não haja área mais controversa e preocupante do que a estabelecida pela formação da biologia ao lado das tecnologias da informação. Nosso objetivo, neste trabalho, é demonstrar que tais problemas foram analisados por Foucault, que a contribuição de seu pensamento é ainda importante para compreendermos os desafios contemporâneos relacionados ao avanço das antropotecnologias. Normalmente se utiliza como referência os trabalhos de Foucault sobre o grande internamento, o estruturalismo, a sociedade disciplinar, a saúde populacional, a medicalização e a introdução decisiva da medicina na administração do Estado. Porém, Foucault deixou algumas pistas sobre os acontecimentos futuros e os possíveis usos que a biologia exerceria sobre a espécie, procuramos encontrar em seus textos elementos que ajudem a entender a constituição do controle exercido pelas estratégias do biopoder.

Foucault observou que o surgimento de uma nova razão governamental, no início do século XVIII, modificou o modo como o governo exerce seu poder. A nova razão governamental agora já não interfere diretamente sobre as coisas, indivíduos, riquezas, terras, etc, já não são essas coisas em si o foco da nova razão governamental. O foco político incide sobre os “fenômenos que são os interesses”, ou seja, aquilo que precisamente constitui a política e os seus móveis. O governo, nesse sentido, opera apenas a partir dos interesses inclusos em um campo de forças antagônicas, compósito que põe em jogo as múltiplas relações de determinado indivíduo, determinada coisa, determinada riqueza, no tanto que há um interesse de outros indivíduos ou da coletividade, é o que ele denomina de “república fenomenal dos interesses” (FOUCAULT,

2008, p. 62-3). O interesse não diz respeito apenas ao crescimento do próprio Estado, não visa apenas suas riquezas, sua população, sua força, o interesse refere-se a um jogo complexo entre interesses individuais e coletivos, o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, entre a utilidade social e o benefício econômico, “(...) é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses” (FOUCAULT, 2008, p.61).² A “manipulação de interesses” é na verdade um grande problema para se entender o surgimento da biopolítica, pois agora já não se dimensiona o poder do Estado pela sua capacidade de intervenção direta sobre os corpos. O Estado não é o proprietário ou possui direito soberano sobre a população, ele age embasado no interesse da própria população, respaldado no bem geral, sua legitimidade é fundada em direito e em razão dos “jogos de interesse”, ou seja, dos interesses de determinados indivíduos, de determinada riqueza, o “governo só se interessa pelos interesses” (FOUCAULT, 2008, p. 62-3).

Para o exercício desse poder sobre interesses e relações de interesse, a nova razão governamental trabalha não com o enclausuramento, com os espaços fechados, ela age imediatamente a partir da liberdade dos indivíduos. A nova razão governamental, segundo Foucault, necessita, portanto de liberdade, ela “consume liberdade”. Consome, pois ela é obrigada a produzi-la, assim como é obrigada a organizá-la, segundo Foucault (2008, p. 86): “A nova arte governamental vai se apresentar portanto como gestora da liberdade, não no sentido do imperativo ‘seja livre’, com a contradição imediata que esse imperativo pode trazer”. Não é o “seja livre” que o liberalis-

2 Foucault para esclarecer mais ainda a questão da nova razão governamental afirma que o interesse é precisamente o *intermédio*, o meio, pelo qual o governo pode agir sobre todas as coisas, não é necessariamente as coisas em si, mas os valores e as relações que atravessam indivíduos, objetos, riquezas, direitos, etc. (Cf., Michel Foucault, *Nascimento da biopolítica*, p. 61. Ver bibliografia).

mo formula, ele apenas produz o necessário para tornar os indivíduos livres, não é um imperativo, mas a gestão e a organização das condições pelas quais se pode ser livre, assim, se cria uma relação problemática, sempre diferente e móvel entre a produção da liberdade e aquilo que a produzindo pode vir a limitá-la e a destruí-la: “É necessário, de um lado, produzir liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabelecem limitações, controle, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc”. (FOUCAULT, 2008, p.87). Deste modo, contrário ao que se pensa, o liberalismo, ou a sua última manifestação, o neoliberalismo, não opera na dimensão da liberdade, mas do controle da liberdade, é sob o signo de uma vigilância, de uma atividade e de uma intervenção permanente que se instituirá o governo moderno (FOUCAULT, 2008, p. 182).

Nesse novo sistema de governo, tudo, virtualmente, transforma-se em capital,³ do corpo social, que segundo Foucault constitui “o escopo da política neoliberal”, a empresa, o mercado e a concorrência são o “poder enformador da sociedade” (FOUCAULT, 2008, p. 203). Foucault ressaltou com essa análise como a sociedade por meio do governo neoliberal transforma-se por meio da estatística num campo de recursos econômicos, a nova razão governamental produz e regula interesses, ao mesmo tempo em que os insere artificialmente no mercado, nas trocas, nas receitas públicas, etc. O governo moderno somente é possível quando

3 No início do curso de 1979, Foucault explicita a necessidade de se compreender o liberalismo, pois somente assim se pode compreender o que é a biopolítica. “Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade – antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental –, e, por conseguinte, se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica”. (FOUCAULT, 2008, p. 30)

a sociedade torna-se completamente operacionalizada a partir da economia, livre de todos os entraves dirigistas e se desconstrói as travas que impedem o vínculo direto entre mercado e população.⁴

Essa sociedade completamente aberta ao mercado e dimensionada pela lógica econômica faz surgir o *homo oeconomicus*, esse homem não é apenas o homem da troca, ele é “um empresário, e um empresário de si mesmo”, sendo ele mesmo seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (FOUCAULT, 2008, p. 311). Não é apenas no consumo que se compreende o sentido novo do *homo oeconomicus*, pois ele agora é também um produtor, produtor de sua própria satisfação, assim, para Foucault, as análises já clássicas do consumo de massa, da sociedade de consumo não valem para se entender a relação nos termos liberais da atividade de produção.⁵ Aqui se apresenta os principais mecanismos da biopolítica, a naturalização e a regulação da multiplicidade pelo meio em que está inserida, a inteligibilidade e a manipulação das vinculações de causalidade entre meio e multiplicidade, a apreensão probabilística das singularidades. É a análise do múltiplo enquanto múltiplo, e não mais a concepção de uma matriz coesa nas relações econômicas, que torna a noção

4 Como afirma Farhi Neto (2010, p.181-182): “Só em uma sociedade completamente econômica, só em uma sociedade na qual os indivíduos funcionem como empresas e as empresas como indivíduos, num meio de elevada concorrência, o modelo do governo econômico, a determinação do comportamento social pela situação do mercado pode funcionar plenamente. (...) Entretanto, as diversas realidades sociais concretas jamais são totalmente econômicas. A intervenção do Estado neoliberal vai na direção da diluição dessas bolhas de ar artificiais no oceano da economia. Tudo vai melhor quando funciona economicamente, quando é dirigido por uma racionalidade econômica, segundo a lógica do mercado. Portanto, para que não haja diferença entre população e governo, para que na população não haja o ingovernável, não deve haver diferença entre sociedade e mercado, tudo deve setornar mercado”.

5 Dessa leitura pode-se entender o afastamento de Foucault das teses clássicas do marxismo. Para ele já não é viável pensar o capital a partir de uma lógica de produção e de mercado do século XIX.

de biopolítica um conceito preciso para se entender a realidade do exercício do poder sobre a multiplicidade. A biopolítica é, deste modo, o governo econômico que opera e concebe a população a partir de sua economicidade natural.⁶

É nesse ponto que argumentamos que o conceito de biopolítica está intrinsecamente articulado à possibilidade da instrumentalização da biotecnologia por essa nova razão governamental. A economicidade natural entra definitivamente na lógica da gestão. Natural aqui significa a gestão dos aspectos biológicos da população, desde a saúde dos indivíduos até o patrimônio genético que está sob a regulação e gestão do biopoder. É certo que a biopolítica se confunde com a lógica econômica, existe aí uma relação de proximidade entre as intervenções discretas e cirúrgicas do poder e das políticas do Estado, bem como um controle e gestão cada vez mais efetiva da população. Ao vigiar, ao controlar as singularidades aleatórias, os comportamentos individuais dos sujeitos econômicos, pretende-se controlar essas variáveis por meio de uma racionalidade econômica, baseada no cálculo e na aplicação de recursos, busca-se conjugar na multiplicidade uma “ordem natural” extirpando do conjunto os desvios do padrão. Assim, é por meio da ideia de uma sociedade radicalmente empresarial que se compreende o contínuismo entre biopolítica e racionalidade econômica.⁷ Nesse

6 Como ressalta Fahri Neto (2010, p.183), Foucault não emprega o termo biopolítica no sentido de governo econômico, porém, o conceito de biopolítica se desdobra nessa acepção quando se entende que o surgimento de um novo governo, governo neoliberal, acaba por absorver a população por meio de uma racionalidade econômica na lógica do mercado. Se é verdade que só se pode compreender a biopolítica quando se compreende a razão liberal, então existe uma relação fundamental entre os dispositivos de natureza econômica e a biopolítica.

7 Como afirmamos acima, para Foucault a crítica e a denúncia de uma sociedade do consumo, massificada e do espetáculo, não descrevem a verdadeira situação atual, não é mais na indexação da mercadoria que se revela o caráter da sociedade, mas na multiplicidade e na diferenciação das empresas. Empresa num sentido em que se administra a casa, a fábrica, a cidade, os horários para além do trabalho, uma sociedade empresarial em que o estado de direito e as forças da lei servem apenas

sentido o próprio Foucault deixou uma singular meditação sobre essa vizinhança entre biopolítica e a sociedade empresarial.

Quando Foucault afirmou, no final dos anos setenta, que passamos a viver em uma sociedade empresarial, ele estava afirmando tal condição num sentido amplo e bem mais abrangente do que comumente se entende. Para ele, a nova razão governamental ao virtualizar o capital não mais pode amparar as análises nas indexações do mercado. Outro campo é aberto com essa iniciativa da razão governamental, o capital agora é o “capital humano”, na medida em que justamente a “competência-máquina” de que ele é a renda não pode ser dissociado do indivíduo que é seu portador (FOUCAULT, 2008, p. 311-2). Com essa concepção de Capital, uma série de elementos, os interesses, por exemplo, que antes estavam à parte do Capital, passam efetivamente a participar do cálculo. Foucault fala então diretamente do patrimônio genético das características adquiridas (hereditárias) e daquelas que são inatas, ou seja, o capital humano é compreendido a partir dos recursos genéticos próprios a cada corpo.⁸ Foucault vê aí o nascimento de algo inédito e inquietante (FOUCAULT, 2008, p. 312). Como ele mesmo afirma:

para formalizar. Nunca se está fora da empresa. A mesma lógica que conduz o trabalho serve para conduzir a vida, as relações afetivas, o lazer, etc., tudo isso entra no cálculo empresarial do indivíduo: “(...) a ação do governo como um prestador de regras para um jogo econômico em que os únicos parceiros e os únicos agentes reais devem ser os indivíduos ou, digamos, se preferirem, as empresas. Um jogo de empresas regulado no interior de uma moldura jurídico-institucional garantida pelo Estado: é essa a forma geral do que deve ser o quadro institucional de um capitalismo renovado”. (FOUCAULT, 2008, p.238)

- 8 No entanto essa não é única acepção em que se pode utilizar o termo capital humano, pode-se também compreender o investimento que se faz em um determinado indivíduo, sua educação, sua saúde, sua força física e intelectual, sua capacidade emocional, toda uma série de competências que deverão ser desenvolvidas para que se produza renda. Há, segundo Foucault, inúmeras competências- máquinas para além da educacional e da profissional, por exemplo, o tempo que os pais passam com os filhos corresponderá a uma melhora e aperfeiçoamento do capital humano daquela criança: “Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos

Ora, é evidente que não temos de pagar para ter o corpo que temos, ou que não temos de pagar para ter o equipamento genético que é nosso. Isso tudo não custa nada. Bem, não custa nada – será mesmo? Podemos muito bem imaginar uma coisa dessas acontecendo (o que estou fazendo nem chega a ser ficção científica, é uma espécie de problemática que está se tornando corrente agora). (FOUCAULT, 2008, p.313)

Foucault não recorre à ficção científica, pelo contrário, ele estabelece de modo muito claro a entrada definitiva do corpo, enquanto capital humano, dentro da máquina governamental. Nesse sentido, não apenas o corpo como recurso genético, mas desde as primeiras análises da sociedade disciplinar Foucault observa como o controle da sociedade começa no corpo, no somático, no biológico, é nele antes de tudo que investe a sociedade capitalista, e é nele que se desdobra a nossa realidade biopolítica (FOUCAULT, 2001, p. 210).

Foucault então vislumbra uma sociedade que dá continuidade ao reconhecimento das pessoas de riscos, a inserir condições para os tipos diferentes de indivíduos, organizá-los torná-los mais produtivos, medicalizá-los com antecedência, a utilizar da melhor forma os “recursos raros para fins alternativos”. Para Foucault, já é mais do que provado que a genética demonstra muito bem como uma série de elementos está condicionado pelo “equipamento genético que recebemos” (FOUCAULT, 2008, p. 313). dos nossos

de investimento capaz de constituir um capital humano. Tempo passado, cuidados proporcionados, o nível de cultura dos pais também – porque se sabe muito bem, justamente, que, para um mesmo tempo passado, pais cultos vão formar um capital humano, para a criança, muito mais elevado do que se não tiverem o mesmo nível de cultura -, o conjunto dos estímulos culturais recebidos por uma criança: tudo isso vai constituir elementos capazes de formar um capital humano”. (FOUCAULT, 2008, p. 315-316). Deste modo esse capital pode ser calculado, quantificado e por isso, se saberá com antecedência o que pode e o que não pode se investir em determinado capital humano, em outros termos o capital é tudo que pode ser de uma maneira ou de outra fonte de renda futura. Cf., também, o artigo de Susel Oliveira da Rosa, *Os investimentos em “capital humano”*. Ver bibliografia.

anteriores. A genética possibilita, como ele mesmo afirma, prever e estabelecer para cada indivíduo dado, qualquer que seja, as probabilidades de contrair esta ou aquela doença, a predisposição para desenvolver ao longo da vida, seja em idade avançada ou não, uma determinada anomalia. Prever, intervir e curar são os passos seguidos para controlar estas ou aquelas disfunções genéticas que possam vir a interferir na ordem e na regulação da sociedade. Há centenas de investimentos realizados por empresas e pelo Estado que visam analisar e compreender o corpo genético como meio de melhorar a qualidade, a extensão e a potência da vida:

(...) a partir do momento em que se pode estabelecer quais são os indivíduos de risco e quais são os riscos para que a união de indivíduos de riscos produza um indivíduo que terá esta ou aquela característica quanto ao risco de que será portador, pode-se perfeitamente imaginar o seguinte: que os bons equipamentos genéticos – isto é, [os] que poderão produzir indivíduos de baixo risco ou cujo grau de risco não será nocivo, nem para eles, nem para os seus, nem a sociedade -, esses bons equipamentos genéticos vão se tornar certamente uma coisa rara, e na medida em que será uma coisa rara poderão perfeitamente [entrar], e será perfeitamente normal que entrem, em circuitos ou em cálculos econômicos, isto é, em opções alternativas. (FOUCAULT, 2008, p.313)

Assim, para Foucault pode-se imaginar uma sociedade em que a escolha do par genético seja um exercício comum na produção dos indivíduos que constituíram essa mesma sociedade, pois a escolha e o controle das anomalias e dos riscos se encaixa em toda a problemática econômica e social. As condições de controle dos “equipamentos genéticos” são desta forma uma peça essencial na regulação da sociedade e fator determinante para a operacionalidade do governo sobre a população. A biopolítica, por meio dessa estratégia, alcança seu verdadeiro poder. E não se precisa ir muito longe para perceber como a meditação foucaultiana nos é completamente necessária para se compreender as forças no mundo contemporâneo, o homem tornou-se completamente go-

vernamentalizável, integrado às tecnologias do poder e assimilado pela lógica da biologia e da economia, realizando assim uma nova síntese, como afirma Agamben (2007, p. 155): “A novidade da biopolítica moderna é, na verdade, que o dado biológico seja, como tal, imediatamente biopolítica e vice-versa”. Mas essa síntese já não estava expressa na filosofia de Foucault? Argumentamos que sim, pois é a partir das suas análises que se pode ver como a sociedade contemporânea foi num crescente em sua atividade de policiamento e vigilância dos indivíduos até o controle da população, e como nesse meio tempo foram integrados, a cada processo de controle e vigilância, tecnologias políticas que buscam a domesticação da diferença.

Foucault foi um leitor atento, pois percebeu, como lembra Agamben, que os princípios dessa nova biopolítica eram ditados pela eugênica, compreendida como ciência da hereditariedade genética de um povo (AGAMBEN, 2007, p. 153). Foucault já inferia como a medicina de Estado que antes possuía “finalidade racial” e “nacionalista” passou a cuidar e a invadir outros aspectos da vida por meio do controle do corpo, ou seja, o direito do homem de manter o seu corpo em boa saúde torna-se objeto de uma ação Estatal.⁹

9 Vale uma ressalva neste ponto. Foucault não compreende o Estado com ente totalitário absorvendo todas as relações e manipulando todos os indivíduos, na realidade, para ele o Estado não possui substância, ele é desprovido de natureza ou de “entranhas”, por isso, ele se nega a elaborar uma teoria do Estado: “É preciso renunciar a tal análise, primeiro, simplesmente porque a história não é uma ciência dedutiva, segundo, por outra razão mais importante, sem dúvida e mais grave: é que o Estado não tem essência. O Estado não é um universal, o Estado não é em si uma fonte autônoma de poder. O Estado nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre autoridades locais, a autoridade central, etc. Em suma, o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado

Em suas próprias palavras: “Por conseguinte, os substituído pelo conceito do indivíduo em boa saúde a serviço do Estado”. (FOUCAULT, 2001, p.170). Essa inversão Foucault denomina de uma verdadeira “moral do corpo”, toda a macroeconomia dirige-se para o cuidado do corpo, por isso, não seria estranho ver na genética contemporânea a expressão mais afirmativa das biopolíticas que investem sobre as populações por meio de agendas legislativas, e as antropotecnologias futuras como o desdobramento e, principalmente, como o acabamento da lógica dessa razão governamental.¹⁰

Para Foucault, são principalmente os anos entre 1940-1950 os fundamentais na cristalização dessa lógica e dessa história do corpo, preparada no século XVIII, e firmada no presente enquanto uma “somatocracia” (FOUCAULT, 2001, p. 170). Nesse sentido não se pode separar as tecnologias políticas do desenvolvimento contínuo dos mecanismos de controle da sociedade. Porém, ao lado dessa relação não se pode deixar de lado o “progresso tecnológico vertiginoso” que proporcionou o nascimento de um regime fundamentado numa precisão cada vez maior de intervenção na população e de transformação, hoje, da própria espécie em proveito dos interesses que nascem não apenas do Estado e do mercado, mas dos próprios indivíduos que veem nessa capacidade a própria possibilidade de satisfação com uma vida mais duradoura e melhorada.¹¹ Os avanços tecnológicos já evidenciados no século XIX

não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentos múltiplos”. (FOUCAULT, 2008, p. 105-106).

10 Tal avanço da biopolítica sobre a vida tornou-se praticamente um ponto de concordância entre as várias análises do presente: “A jurisdição médica estendeu-se além dos acidentes, doenças e enfermidades para o gerenciamento da enfermidade crônica e morte, a administração da reprodução, o assessoramento e governo do ‘risco’ e a manutenção e otimização do corpo saudável”. (ROSE, 2007, p. 89).

11 Essa situação é prevista por Fukuyama como uma das condições fundamentais para a transformação que as biotecnologias operam hoje sobre os homens. Dessa possibilidade de agir sobre as doenças, sobre o envelhecimento, de retardar ou extirpar problemas biológicos, faz com que a população assimile de modo muito impetuoso

trouxeram vitórias consecutivas sobre as doenças, permitindo que a medicina e, posteriormente, a biologia, transformassem-se em verdadeiras ciências régias para a administração do Estado.¹² Observa-se que o desenvolvimento contínuo dessas novas tecnologias criou uma realidade onde os processos vitais, tais como a saúde, a morte e praticamente todas as manifestações biológicas do ser vivo passam por um escaneamento contínuo.¹³ Assim, entramos

as novas realizações das ciências médicas. Fukuyama observa que essa tendência tenta “medicalizar tudo” expandindo a esfera terapêutica de modo a abranger o maior número de Estados: Será sempre possível conseguir um médico em algum lugar para concordar que a situação desagradável ou penosa de alguém constitui uma patologia, e é só uma questão de tempo para que a comunidade mais ampla passe a encarar tal estado como uma deficiência legal sujeita à intervenção pública compensatória”. (FUKUYAMA, 2003, p.65). Paul Virilio, também descreve a situação de uma sociedade “superexcitada” disposta a ingerir alimentos, drogas, produtos químicos ou técnicos que, segundo ele, preparam a dimensão nova de um *metadesign* “dos costumes e dos comportamentos sociais pós-industriais”; (cf., Paul Virilio, *Arte do motor*, p. 92-93. Ver bibliografia).

12 Foucault em, *Crise de lamédecine ou crise de l’antimédecine?*, lembra que a medicina sempre matou e ela sempre teve consciência disso, ela não era uma verdadeira ciência, mas a “rapsódia” de conhecimentos “mal-estabelecidos e mal-verificados”, porém com o avanço tecnológico as mortes que antes eram imputadas a essa ignorância, da medicina ou do médico, modifica-se, agora ela mata pelo saber que adquiriu sobre os corpos: “Hoje, os instrumentos dos quais dispõe os médicos e a medicina em geral, justamente por sua eficácia, provocam efeitos, alguns puramente nocivos, outros incontrolados que obrigam a espécie humana a entrar em uma história aventureira, em um campo de probabilidades e riscos cuja amplitude pode ser medida com precisão”. (FOUCAULT, 2001, p.46, texto n. 170).

13 Para Hélio Cardoso Jr, é essa nova realidade que deve e precisa ser pensada. Com a sociedade de controle, novos mecanismos de poder foram criados, acionados, dispondo de nossos corpos de modos insuspeitos. Os fluxos tecnológicos não se contentam apenas em estender nossas capacidades físicas (máquina) ou cerebrais (computadores), mas penetram profundamente em nossos corpos, modificando-os e indo além de nossas relações psicomotoras naturais. Como afirma Cardoso Jr (2002, p. 195), o problema mesmo, entretanto, na sociedade de controle, “(...) não é exatamente que os processos de subjetivação se apoiem sobre fluxos tecnológicos, o problema é como esses fluxos são enfeixados pelo controle”. Tal alerta está de acordo com o que estamos defendendo, menos uma fobia com as novas tecnologias e mais uma resistência ao modo como o controle político nos transforma e nos assujeita.

definitivamente numa relação entre os benefícios e a nocividade proporcionada pela medicina e pela biologia, nova dimensão que Foucault denomina de “risco médico”, dimensão onde os laços entre os efeitos positivos e negativos se tornam complexos e difíceis de romper:

Definitivamente, ignoramos aonde nos levarão as manipulações genéticas efetuadas sobre o potencial genético das células vivas, seja sobre bacilos, seja sobre vírus. Torna-se tecnicamente possível elaborar agentes agressores do organismo humano contra os quais não há meios de defesa. É possível forjar-se uma arma biológica absoluta contra o homem e a espécie humana sem se desenvolverem, simultaneamente, os meios de defesa. (FOUCAULT, 2001, p. 170)

Essa nova dimensão nos coloca diretamente no problema da bio-história onde as intervenções médicas-biológicas, para além dos indivíduos, passam a trabalhar na espécie, no nível molecular da própria vida, em seus acontecimentos mais fundamentais.¹⁴ Com essa nova realidade dá-se a total compreensão de que a história do homem não continua simplesmente a vida, e não se contenta apenas em reproduzi-la, “mas a retoma”, exercendo sobre seus processos “alguns efeitos fundamentais” (FOUCAULT, 2001, p. 170). Com isso, podemos afirmar, ao lado de Foucault, que realmente entramos na época de uma “medicalização indefinida”. Medicalização indefinida, pois o controle médico-biológico já não funciona dentro de uma área específica, hoje o espaço de atuação é muito mais amplo e

14 Pergunta Roddey Reid (1992, p.121-122): quais modificações subsistem com a nova série de possibilidades, tecnológicas, discursivas e institucionais que a biologia molecular nos coloca? Inicialmente o referido autor acredita que pode ocorrer uma redução aparente dos corpos em sua organização, em sua programação pela sequência genética, o que segundo ele, faz um retorno a um tipo de visibilidade sem opacidade dos sonhos taxinômicos do século XVIII. Depois o movimento incessante do olhar médico que escrutina os corpos, passa a transformá-los em programa genético e abandonam o empirismo clínico em favor de um retorno: “ao reconhecimento da ordem das essenciais vitais e patológicas, aqui transformado em seu equivalente, o código genético”. Para ele, “assistiremos o ressurgimento da representação no coração das coisas...”.

exerce um poder de autoridade contínuo, ela impõe aos doentes, à população, aos indivíduos sua autoridade em todos os setores da vida: “Existe uma política sistemática e obrigatória de *screening*, de localização das doenças na população, que não corresponde a nenhuma demanda do doente”. (FOUCAULT, 2001, p. 170).

O plano de atuação das ciências médicas (e deve-se compreender o termo num sentido amplo, biologia, biotecnologia, etc.) tornaram-se indefinidas já que é possível ampliar em todas as direções a sua aplicação na gestão dos indivíduos, revelando-se assim o seu caráter autoritário relativo às funções normalizadoras que vão muito além da existência dos doentes. Para Foucault, e mesmo não tratando diretamente das antropotecnologias, a dimensão da biopolítica somente poderá ser compreendida quando efetivamente inserirmos em nossas análises a cultura tecnológica que hoje determina a eficiência de intervenção nos corpos, pois não é o poder que determina a tecnologia, mas a tecnologia que determinam a natureza do poder.

ABSTRACT

Foucault' biopolitics concept can help us to understand the current size of the new Technologies control and manipulation of the life. The great technological transformations of recent years allow us to see as policies about the life become increasingly present in government agendas. The states and governments are interested in an effective and continuous control over the lives and modes of existence because through this control they enhances up their own state forces. Foucault showed how the policies about the life began to determine and scrutinize the life through the medicalization of all their aspects. Thus, we can realize the intimate relationship between biopolitics and new possibilities offered by biotechnology that posing on a new threshold fundamental problems related to the destiny of our own species.

Keywords: Biopolitics. Anthropotechnology. Bioeconomy. Body.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer, o poder soberano e a vida I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- CARDOSO JR, Hélio Rebello. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In: **Imagens de Foucault e Deleuze: Ressonâncias nietzschianas**. Margareth Rago, Luiz B. Lacerda Orlandi, Alfredo Veiga-Neto. (Orgs). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FOUCAULT, M. **Ditsetécrits II 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FUKUYAMA, Francis. **Nosso futuro pós-humano: consequências da revolução da biotecnologia**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 2003
- NETO, Leon Farhi. **Biopolítica: as formulações de Foucault**. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.
- REID, Roddey. Corps clinique, corps génétique. In.: **Michel Foucault: Lire l'oeuvre**. (org) LuceGiard. Grenoble: 1992.
- ROSA, Susel Oliveira. Os investimentos em “capital humano”. In. **Para uma vida não- fascista**. (Org) Margareth Rago e Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ROSE, Nikolas. **The politicsof Life Itself: Biomedicine, Power, andSubjectivity in theTwenty – FirstCentury**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.
- VIRILIO, Paul. **A arte do motor**. Tradução de Roberto Pires. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

BIOGRAFIA DO AUTOR

Wandêilson Miranda é graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão, tem mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui projeto de pesquisa (NEOBIO) registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Desenvolve pesquisa sobre ética e corpo na filosofia contemporânea.